

SIMPÓSIO AT137

DAS REDAÇÕES ESCOLARES ÀS PRÁTICAS SOCIAIS: DISCURSOS SOBRE A LEI MARIA DA PENHA E A LEI DO FEMINICÍDIO

Guianezza Mescherichia de Góis Saraiva Meira (UERN)

Resumo

Desde que o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – propôs, em 2015, a discussão sobre a persistência da violência contra a mulher no Brasil, inúmeros professores da Educação Básica adotaram, nas salas de aulas, rodas de conversas, leituras e produções textuais voltadas para essa temática. Nesse viés, este trabalho tem como objetivo analisar como uma redação do ENEM, edição 2015, discute a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, levando em consideração, o aumento nos índices de mulheres que são vítimas de relacionamentos abusivos. Em função desse alcance, buscou-se uma sustentação teórica nos postulados da Análise Crítica do Discurso (ACD), com ênfase na corrente social de Fairclough (2008), como também nos pressupostos de Del Priore (2013). A ancoragem metodológica firma-se no paradigma qualitativo-interpretativista, circunscrito às Ciências Humanas e Sociais, com foco na Linguística Aplicada (LA). O *corpus* compõe-se de uma redação, avaliada com nota máxima e disponibilizada em sites especializados. Os resultados indicam que o candidato enfatiza a importância de políticas públicas voltadas para as mulheres. Isso porque, por se tratar de um texto argumentativo, a proposta de intervenção, na conclusão, explana a imprescindibilidade de mitigar a violência doméstica. Observa-se, ainda, que o texto retrata a relação teoria e prática, implicando, assim, em um cenário que ainda é utópico no que diz respeito à igualdade de direitos.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Redação ENEM 2015. Lei Maria da Penha. Lei do Feminicídio.

Abstract

Since the *Exame Nacional do Ensino Médio* (ENEM) proposed in 2015 the discussion about the persistence of violence against women in Brazil, many teachers of the *Educação Básica* (Secondary school and High school) carried out conversation circles with their students in the classrooms, readings and writing essay concerning this theme. In this perspective, this study aims at analyzing how the ENEM essay (2015) discusses the Maria da Penha Law and the Femicide Law, taking into account the increasing number of women who are victims of abusive relationships. As a result of this scope, this study is anchored on theoretical framework of Critical Discourse Analysis (CDA), on the social studies of Fairclough (2008), as well as based on the assumptions of Del Priore (2013). Methodologically, this study is based on the qualitative-interpretative paradigm (MOITA LOPES, 2006), circumscribed to the Human and Social Sciences, focusing on Applied Linguistics (LA). The *corpus* is composed of a ENEM essay (with maximum mark: 1000) which is available on specialized websites. The results show that the ENEM candidate emphasizes the importance of public policies focused on women. Because it is, in the case of an argumentative text, the proposal of intervention, in the essay conclusion, explains the necessity of attenuate domestic violence. It is also observed that the text reflects the relation theory and practice, implying, therefore, in a current context that is still utopian regarding to the equality of rights.

Keywords: Critical Discourse Analysis. ENEM essay - 2015. Maria da Penha Law. Femicide Law.

Introdução

Gêneros discursivos, elementos estruturais/composicionais, estratégias de escrita e uso de repertório sociocultural legitimado são algumas expressões recorrentes nas aulas de Produção Textual da Educação Básica, em especial, àquelas que se voltam para processos seletivos, como o Exame Nacional do Ensino Médio – o ENEM.

Com temáticas que versem sobre problemáticas de cunho social, político, econômico ou cultural, consoante o edital e a cartilha do candidato, a proposta de redação do ENEM espera que o candidato redija um texto dissertativo-argumentativo, apresentando uma proposta de intervenção. Partindo dessa premissa, escolhi analisar, neste trabalho, a proposta de redação do ENEM, de 2015, bem como uma produção textual que tirou nota máxima, disponíveis em sites especializados.

Nessa redação, analisamos como o candidato discutiu as leis que visam à proteção das mulheres, a saber: a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio. Em seguida, verificamos como os discursos, nessa redação, sugerem a necessidade de investimentos em políticas públicas que viabilizem a igualdade de direitos e, principalmente, a minimização da violência doméstica.

1 Mudanças Sociais e a Análise Crítica do Discurso

Desde que surgiu, a Análise Crítica do Discurso apresenta, em sua proposta, a noção de mudança social. Aqui no Brasil, o auge se deu a partir da tradução da obra *Discurso e mudança social*, de Norman Fairclough, por Izabel Magalhães, em 2001, e reeditada em 2008. A partir dessa tradução, os estudos na área do discurso, com interesses voltados para as mudanças sociais, aumentaram significativamente. Nessa obra, Fairclough (2008) afirma que a mudança envolve a adaptação de convenções já existentes, como também “as formas de transgredi-las, o cruzar das fronteiras, relacionadas às novas combinações e a sua exploração, decorrente da capacidade de atuar ou de agir” inesperadamente das pessoas (FAIRCLOUGH, 2008, p. 127, adaptado).

Compreendo, portanto, que a mudança social é uma peça fundamental nos estudos que contemplam a Análise Crítica do Discurso, visto que os discursos sinalizam a transformação da sociedade e das práticas sociais, que, por sua vez, são compostas por relações sociais; de poder, por crenças, desejos e valores, como também, por instituições sociais e pelo discurso (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999).

É válido salientar, ainda, que diversos segmentos passaram por mudanças sociais, destacando-se a escola, a igreja, o casamento, as relações de amizade e trabalhistas. Esses segmentos indicam, hoje, novas configurações e, em decorrência do processo de globalização, os discursos reproduzidos pelos indivíduos, nesses contextos, também passaram por grandes alterações.

Nesse sentido, é pertinente destacar as mudanças presentes nos direitos femininos e, conseqüentemente, nos discursos que permeiam essas transformações. Dentre os inúmeros e significativos avanços, escolhi enfatizar as leis que foram sancionadas sob a premissa de proteção às mulheres.

2 Lei Maria da Penha e Lei do Femicídio: garantia de proteção às mulheres?

A luta pela igualdade de direitos, idealizada desde os primeiros Movimentos Feministas, culminou em inúmeras conquistas, dentre elas, a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio. Essas leis têm como objetivo, em linhas gerais, proteger as mulheres de violência doméstica, cometidas, na maioria das vezes, pelo próprio parceiro. Todavia, o que se percebe, na prática, é que há muitas lacunas na aplicabilidade dessas leis, justificando, assim, a imprescindibilidade de se propor esse tema na redação do ENEM.

Para uma melhor compreensão, julgo pertinente apresentar, sucintamente, o que prediz a Lei Maria da Penha. A priori, é preciso destacar que ela foi sancionada em 2006, com a finalidade de proteger as mulheres da violência doméstica. Este nome foi escolhido em homenagem a uma vítima de agressões físicas e psicológicas do parceiro. É preciso ressaltar, ainda, que esta lei contempla avanços imprescindíveis, como a delegacia especializada no atendimento à mulher, o exame de corpo de delito, a possibilidade de termos indicando restrição de proximidade – com distância mínima especificada -, a

reclusão, bem como, penas que implicam, por exemplo, na impossibilidade de assumir alguns cargos ou exercer alguns direitos, como o registro na Ordem de Advogados do Brasil – OAB.

Em contrapartida, a Lei Maria da Penha não é suficiente para atenuar os índices de violência contra a mulher, haja vista o número de homicídios femininos terem aumentado muito na última década¹, implicando, assim, na criação de uma nova lei - A Lei do Feminicídio. Sancionada em 2015, esta lei tem como premissa julgar casos de assassinato às mulheres, muitas vezes, decorrente de relacionamentos abusivos. Em linhas gerais, será enquadrado pela Lei do Feminicídio se o crime envolver violência doméstica, familiar, menosprezo ou discriminação pelo simples fato de ser mulher.

3 Produção Textual no ENEM: (Re)discutindo problemas de cunho social

A prática de produção textual – as redações escolares – se constitui um importante pilar nas aulas de Língua Portuguesa. Isso porque Irandé Antunes (2003, 2007), em suas obras “Aula de Português: encontro e interação” e “Muito além da gramática: por um ensino sem pedras no caminho”, enfatiza que as aulas de Língua Materna, na contemporaneidade, devem contemplar quatro aspectos: Leitura, Produção textual, Gramática e Oralidade. Constatase, portanto, a notoriedade que a produção textual vem ganhando, ao se levar em consideração o princípio interacionista da língua.

Todavia, é preciso pontuar as dificuldades dos discentes no processo de escrita, principalmente de textos que exijam a Norma Culta Padrão da Língua Portuguesa, como o ENEM. Essas dificuldades perpassam aspectos formais da língua, estruturais do texto dissertativo-argumentativo e, por fim, uma limitação no repertório apresentado para sustentar a tese em defesa, decorrente, na maioria das vezes, do escasso acesso a um material de leitura e de atualidades.

4 Redação do ENEM 2015: A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira

¹ O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de feminicídios, conforme a Organização das Nações Unidas.

A proposta de redação no ENEM, conforme já mencionado, propõe a discussão de uma problemática de cunho social, político, econômico ou cultural, no Brasil ou no mundo, e, geralmente, de grande repercussão nas mídias televisivas e sociais, como os efeitos da Lei Seca no Brasil, a intolerância religiosa no Brasil e a inclusão de surdos no contexto educacional brasileiro.

Contudo, neste trabalho, irei me ater a analisar uma redação que tirou nota máxima e está disponível em sites especializados, como o G1 e o InfoENEM. Nela, irei verificar como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio foi discutida, tanto no processo de argumentação, quanto na proposta de intervenção. É relevante destacar, ainda, que os textos motivadores que compõem a proposta são de extrema importância para a interpretação do tema, minimizando, portanto, as possibilidades de fuga ao tema e, por conseguinte, a atribuição de uma nota zero, conforme os critérios de correção estabelecidos pela banca examinadora.

Em linhas gerais, o candidato deve escrever um texto dissertativo-argumentativo acerca do tema proposto, que, por sua vez, terá entre 7 e 30 linhas e será avaliado em cinco competências, com níveis que variam de 0 a 200 pontos. As dificuldades no processo de interpretação de texto e de escrita, na Educação Básica, são ratificadas pelos índices de notas insuficientes para concorrer às vagas nas Universidades Públicas do Brasil, como também pelo índice, quase inexpressivo, de candidatos que atingem os 1000 pontos na redação.

Vejamos, abaixo, a proposta de redação do ENEM 2015. Em seguida, a redação escolhida para compor o *corpus* deste trabalho (grifos nossos) e sua respectiva análise.



PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **"A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira"**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Nos 30 anos decorridos entre 1980 e 2010 foram assassinadas no país acima de 92 mil mulheres. 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país.

WALSELFSZ, J. J. Mapa da Violência 2012. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. Acesso em: 8 jun. 2015.

TEXTO II



TEXTO III



Disponível em: www.compromissoinstituto.org.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

TEXTO IV

O IMPACTO EM NÚMEROS

Com base na Lei Maria da Penha, mais de 330 mil processos foram instaurados apenas nos juizados e varas especializadas

332.216 processos que envolvem a Lei Maria da Penha chegaram, entre setembro de 2006 e março de 2011, aos 52 juizados e varas especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher existentes no País. O que resultou em:



58 mulheres e **2.777** homens enquadrados na Lei Maria da Penha estavam presos no País em dezembro de 2010. Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não constam desse levantamento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional

237 mil relatos de violência foram feitos ao Ligue 180, serviço telefônico da Secretaria de Políticas para as Mulheres.



Fontes: Conselho Nacional de Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disponível em: www.180ce.com.br. Acesso em: 24 jun. 2015 (adaptado).

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
- Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
 - tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente";
 - tratar o tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos;
 - apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

LC - 2ª dia | Caderno 6 - CINZA - Página 2

Figura 1 – Proposta de redação do ENEM 2015

Fonte: g1.com

Dói, um tapinha dói?

A Revolução Francesa foi responsável por levar ao mundo os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Desde lá, de fato, **o movimento feminista busca a universalização dos direitos civis e sociais**, promovida pela Revolução. Entretanto, é notório que os valores patriarcalistas, os quais consideram a mulher inferior ao homem, insistem em permear as diversas instâncias sociais brasileiras, inserindo a inverdade de um **possível controle masculino sobre o corpo da mulher, o que desemboca em crimes de violência e assédio contra elas**.

Nesse viés, a educação familiar e escolar oferecida aos meninos difere, ainda, da oferecida às meninas. Dessa maneira, é possível observar que desde pequenas, as crianças recebem valores conservadores que separam socialmente homens e mulheres por diferenças biológicas, oferecendo privilégios aos primeiros. Assim, quando adultos, **os indivíduos ajudam a propagar o machismo, de modo que a superioridade idealizada pelo homem chega a passar despercebida pela sociedade civil**, como a exemplo do sucesso obtido por músicas que incitam, claramente, a violência contra as mulheres.

Ademais, as **políticas públicas de combate à violência doméstica e ao feminicídio, por exemplo, encontram dificuldades na falta de denúncias**. Nesse contexto, **os diversos assédios morais e físicos sofridos diariamente pelas mulheres não recebem a devida punição**. Isso pode ser ilustrado pela campanha lançada nas redes sociais, em outubro de 2015, intitulada **"#PrimeiroAssédio"**, na qual as mulheres traziam à tona **relatos de atos de violência masculina que não foram devidamente punidos**.

² Redação nota 1000, no ENEM 2015, do candidato Fábio Constantino. A nota máxima contribuiu para a aprovação do aluno em 1º lugar no curso de Medicina, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Em suma, **a violência contra a mulher é fruto de valores machistas persistentes na sociedade**. Portanto, é necessário que a **escola e as famílias, como agentes educadores, mostrem aos seus filhos que as diferenças biológicas entre homens e mulheres não são fatores de superioridade e inferioridade**, consoante ao pensamento da filósofa iluminista Mary Wollstonecraft, “a mente não tem gênero”. Além disso, ONGs de defesa da mulher devem, por meio das redes sociais, **apresentar as diversas formas [de] denúncia e os direitos garantidos a elas pela Constituição**. Por fim, é importante que as grandes mídias apresentem em suas **novelas e programas exemplos de mulheres bem-sucedidas e independentes de uma presença masculina, de modo a atenuar o machismo**.

A redação em análise, como se pode facilmente constatar a partir dos grifos, é permeada de artefatos que fazem alusão aos direitos femininos, ao conservadorismo da sociedade e, principalmente, aos altos índices de violência contra a mulher.

Quanto aos aspectos relativos à produção textual, é possível afirmar que, os trechos com grifo, indicam um amplo repertório sociocultural, retratado de forma produtiva, com indícios de autoria, conforme propõe a grade de correção da redação do ENEM.

Além disso, há domínio da Norma Culta Padrão da Língua Portuguesa, atendimento ao tema e ao gênero textual proposto, seleção e organização de ideias, coerência e coesão textuais, clareza, uso de citação direta, excelente vocabulário, pontuação e escolha lexical pertinente ao tema e ao gênero proposto. Infere-se, dessa forma, que o candidato compreendeu a importância da “clássica” indicação no processo de ensino-aprendizagem de produção textual: teoria x prática. Logo, leitura, escrita e reescrita foram, certamente, decisivas para atingir o objetivo da nota máxima em um processo seletivo que abrange, em média, 6 milhões de candidatos todos os anos.

No que diz respeito aos aspectos discursivos, são perceptíveis as marcas ideológicas de um sujeito que, inserido em uma sociedade patriarcal, machista e conservadora, contesta a dominação masculina, a educação diferenciada dos filhos com sexos distintos, o assédio, o abuso, o controle sobre o corpo feminino, a agressão doméstica – física, verbal e psicológica -, culminando, algumas vezes, em feminicídio, decorrente da crença da, incontestável, subserviência das mulheres aos homens.

Por fim, o candidato aponta as fragilidades nas leis que visam à proteção das mulheres. Conforme já dito, a redação do ENEM deve contemplar uma proposta de intervenção, associada a um agente que possa atenuar a

problemática em discussão. Vê-se que as escolhas foram bem pertinentes, visto haver o apontamento da importância da Família, da Escola, de ONGs, em prol da garantia dos direitos das mulheres, assegurados pela Constituição Federal de 1988.

Considerações Finais

A produção textual no ENEM é de suma importância para ampliar a discussão de temas sociais, que, por sua vez, são imprescindíveis para a formação do indivíduo. O tema de 2015, em especial, serviu como um alerta para a sociedade acerca dos altos índices de violência doméstica e de feminicídio, bem como a necessidade de procurar medidas que atenuem a problemática.

É fato que o machismo tem raízes históricas e ideológicas, dificultando, assim, a igualdade de direitos e a assunção de papéis antes tipificados como masculinos. É preciso destacar, também, os altos índices de abusos sexuais, além do medo e da vergonha de denunciar as agressões domésticas.

Como pesquisadora do feminismo e docente do curso de Letras Vernáculas, espero que a discussão voltada para a Lei Maria da Penha e para a Lei do Feminicídio possa permear inúmeras salas de aula, a fim de cobrar das autoridades uma maior efetividade, garantindo, então, os direitos das mulheres.

Referências

- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de gramática sem pedra no caminho**. São Paulo, Ed. Parábola, 2007.
- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- DEL PRIORE, Mary. **Conversas e histórias de mulher**. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2013.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- MEIRA, Guianezza Mescherichia de Góis Saraiva. **Permanências e rupturas nos discursos femininos: estudo crítico na Fanpage Claudia Online**. 2016. 180 f. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2016.
- <https://www.infoenem.com.br/redacao-enem-2015-analise-de-redacao-nota-mil/>